

A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO DE AULA NA PRÁTICA DOCENTE DO ENSINO SUPERIOR

Lívia Braga Vieira

(Especialista, Assistente Social e Professora de Ensino Superior)

Edimárcio Testa

(Orientador, docente da FAHESA)

E-mail: liviabavi@yahoo.com.br

Ao longo da história, o que se nota são ações educativas voltadas para mera reprodução e memorização de conteúdos, inclusive no Ensino Superior. A tentativa de romper com esta prática, que em nada favorece a formação crítica do aluno, resulta num ensino horizontal, dialogado e participativo. Isso torna professores e alunos sujeitos igualmente importantes no processo de construção do saber. Nesta perspectiva, a aprendizagem passa a ser o foco precípua das ações docentes, fazendo do planejamento de aula uma prática imprescindível para que de modo sistemático seja alcançado aquele objetivo.

Palavras-chave: Docência no Ensino Superior; aula; aprendizagem e planejamento de aula.

Along the history, which is noticed are educative actions turned to mere reproduction and memorization of contents, including the Superior Teaching. The attempt of break with this practice, which in nothing favors the critical formation of the pupil, turns in a horizontal, talked and involvement way of teaching. This makes teachers and pupils with the same importance in the process of construction of the knowledge. In this perspective, the apprenticeship starts to be the essential focus of teaching actions, doing the projection of classroom an essential practice for reaches that objective in a systematic way.

Key words: Teaching in the Superior Teaching; classroom; apprenticeship; projection of classroom.

1. INTRODUÇÃO

Tanto a capacidade de aprender quanto de racionalizar do ser humano, possui estreita relação com a capacidade de ensinar. No decorrer de toda vida aprende-se para poder ensinar. Isso acompanha a humanidade, pautado na crença de que só ensina quem sabe fazer e saber fazer implica necessariamente em ter aprendido algo. Aplica-se esta máxima, dos aspectos mais simples aos mais complexos da vida cotidiana. Aquilo que se aprende é facilmente reproduzido naquilo que se ensina, sendo possível afirmar que em todo ensinamento vem impresso muito de quem o lança. No entanto, “a simples posse do conhecimento não é garantia da capacidade de comunicação aos outros.” (OTÃO, 1965, p. 33).

Neste sentido, o que se construiu historicamente no âmbito de sala de aula, foi um modelo de ensino verticalizado, cabendo ao professor a transmissão de conhecimentos, sem a preocupação de que esses conhecimentos empreendessem em efetiva transformação na realidade intelectual e social do aluno. Nisso tem-se o chamado modelo tradicional de aula. Por outro lado, numa perspectiva emancipadora, pensada por muitos na atualidade, a prática docente em sala de aula deve pautar-se numa construção de conhecimento que envolva aluno e professor,

inexistindo figura mais ou menos importante e sim sujeitos igualmente envolvidos e responsáveis na busca do saber. O foco não é mais apenas o ensino e sim a aprendizagem.

A partir do momento em que se tem claro aonde se quer chegar, faz-se necessário a definição de alguns critérios. Então, no contexto da docência no Ensino Superior, o que é necessário para se atingir o objetivo precípua denominado aprendizagem? A defesa a ser feita é de que aula assim como os demais âmbitos da vida requerem planejamento. Não um planejamento meramente cumpridor de formalidades, mas algo efetivamente engajado e comprometido com a construção sólida de conhecimento.

2. DOCÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

Por muito tempo a prática docente manteve seu foco no aluno aprendiz, sendo o mestre aquele que profere seus conhecimentos, tidos na maioria das vezes como verdades absolutas e incontestáveis. Nesse universo pedagógico, promovia-se a reprodução de conteúdo em detrimento da produção de idéias. Ademais, ensinar compreendia transmitir conhecimentos, aprisionando o docente numa prática voltada para cumprimento de metas de conteúdos. À

luz deste modelo tradicional de educação, o aprendizado do aluno não é colocado em questão. Isso acabou resultando em parcas e pouco criativas técnicas avaliativas disponíveis ao professor, de modo a exaltar o ensino meramente reprodutivo, donde o aluno que mais memorizar é bonificado por isso.

Tal modelo é ainda bastante aceito (ou bem tolerado) pela sociedade em geral, inclusive por docentes. Nele, estabelecem-se dois pólos distintos que não se misturam, donde um ensina e o outro memoriza. Consequentemente não se favorece a formação crítica do aluno, limitando-o a nem mesmo questionar o professor. É que diz Alonso Rays (2002, p. 85 – 86):

A etiologia do conceito de aula tem, ao longo dos anos, levado o educador e o educando a entenderem que aprender em situações escolarizadas significa, simplesmente, reproduzir os conteúdos programáticos das matérias escolares com perfeição, isto é, tal como foi transmitido durante as aulas.

Se a educação deve emancipar e não cegar, é notório que as interações, que ocorrem no interior da sala de aula, não devem pautar-se numa relação de poder, conforme o que foi reproduzido por anos a fio na perspectiva tradicional. Contrapondo-se a esta idéia de aluno meramente espectador, vem uma prática pedagógica que liberta e emancipa. Esta nova concepção, tratada por inúmeros teóricos da área será abordada de modo bastante sucinto, revelando apenas seus reflexos no cotidiano de sala de aula. Sob esta ótica, entende-se aula como algo imprescindível na formação do senso crítico do aluno e, esta mesma aula, deve ser aberta ao diálogo entre professor e aluno, já que ambos são vistos como igualmente responsáveis pela aprendizagem.

Numa perspectiva pedagógica construtivista, Antoni Zabala (1998, p. 90) diz que “ensinar envolve estabelecer uma série de relações que devem conduzir à elaboração, por parte do aprendiz, de representações pessoais sobre o conteúdo do objeto da aprendizagem.” Com isso, é possível afirmar de modo categórico que não haverá ensino se a aprendizagem não for alcançada. É nesta linha, que o professor mais moderno e mais preocupado com o avanço da consciência crítica de seus alunos, deve pautar suas ações e práticas de ensino. Neste sentido,

Entender o conceito de aula como um processo relacional crítico é condição emergente para que educadores e educando assimilem e objetivem materialmente o trabalho docente e o trabalho discente

no processo de escolarização da sociedade do conhecimento, como um dos saberes necessários à práxis pedagógica. (RAYS, 2002, p. 85)

Um importante instrumento, que oferece respostas a este novo entendimento de ensino-aprendizagem, é a aula dialógica enquanto prática docente que se contrapõe ao monólogo. Isso se consubstancia numa aula em que tanto professor quanto alunos estão engajados na busca de respostas para problemas. Edimárcio Testa (2007, p. 67 – 68) aponta para uma reflexão neste sentido:

[...] à medida que desenvolvemos e reduzimos nossa ação pedagógica à forma lingüística monológica, acabamos excluindo o outro da participação ativa na dimensão do saber. E essa exclusão, nós, educadores, reproduzimos consciente ou inconscientemente em muitos momentos de nossa prática educativa.

O rompimento com a aula baseada no monólogo não é tarefa fácil. Em primeiro lugar, porque os professores que se mobilizam nesta ruptura, foram educados, em regra, pelo modelo tradicional de educação. Num segundo plano, é necessário saber, se de fato os alunos encontram-se preparados para tanto. Apesar disso, Eli Benincá (1982, p. 22) entende que para a aula assumir a forma de diálogo “cabe ao professor a iniciativa de desencadeá-lo”.

No que se refere à docência, é possível concluir que a aprendizagem deve ser o fim a ser atingido numa aula. É evidente que dentro dos parâmetros aqui defendidos: aula participativa, dialogada e que efetivamente promova transformação na vida do aluno. Esta não é meta exclusiva do docente, mas deve também ser do próprio aluno. A consecução de qualquer objetivo implica em organização. Neste sentido, surge o planejamento de aula, que apontará as estratégias para tanto. “Qualquer que seja o caminho seguido, é o fim que deve ser determinante: o objectivo dita o plano” (CLARET, 1992, p. 105). Em linhas gerais, será a própria aprendizagem que irá tornar imprescindível o plano de aula.

3. PLANEJAMENTO

3.1 Planejamento e cotidiano

Planejamento é uma expressão cotidianamente conhecida pelas pessoas. Nos mais variados âmbitos da vida surge a necessidade de se planejar. Isso implica

em organização, sistematização e previsão de resultados. É evidente que fica muito mais claro o lugar a que se quer chegar quando se sabe exatamente o caminho que será percorrido e as ações necessárias para atingir as finalidades propostas. O contrário desta afirmativa é igualmente verdadeiro e condicionado: saber aonde se chegará (objetivo) implica necessariamente em fazer a escolha do caminho a ser seguido.

Um casamento, uma gravidez, uma mudança de cidade, a compra de um veículo ou de um imóvel dificilmente será acertada ou tranqüila se não for planejada. Esta é uma característica do ser humano que o diferencia dos demais animais, pois afasta elementos puramente instintivos e impulsivos. Nota-se que em geral uma pessoa que não possui o hábito de planejar é vista como desorganizada.

Dentro do ambiente de aula não poderia ser diferente. Planejar uma aula é fazer uma previsão do que irá acontecer dentro de sala ou fora dela, no tão esperado instante mágico, onde infinitas relações se estabelecem.

3.2 Planejamento de aula e docência

Sabendo que o planejamento é importante em todos os âmbitos da vida cotidiana, inclusive na sala de aula, o que justifica, de fato, o planejamento de uma aula?

Tais argumentos serão aqui subdivididos em objetivos e subjetivos.

Em primeiro lugar, a elaboração do plano de aula implica em definir as finalidades de uma aula. Ou seja: Quais são os objetivos a serem atingidos através da aula? Neste sentido, “se o professor tiver clareza quanto aos seus propósitos, terá condições então, de buscar as técnicas adequadas para os fins propostos” (BENINCÁ, 1982, p. 27). Viu-se anteriormente que a finalidade precípua é a aprendizagem, não há dúvida quanto a isso. No entanto, o que se espera que o aluno aprenda? Como ele deverá aprender? Quais os exemplos a serem dados em sala, que facilitarão o entendimento?

Na seqüência deste argumento, tem-se o fato do planejamento de aula permitir que o docente organize métodos e técnicas variados, de modo a contemplar a gama de alunos com os quais ele irá se

deparar. Para tanto, é essencial que sejam conhecidos todos os recursos disponíveis pela Instituição em que se ensina. Além disso, é necessário que o docente lance mão de sua criatividade em ensinar de diferentes modos. Isso não apenas permite que o conhecimento atinja o maior número de alunos, como também torna a aula algo mais interessante, despertando e motivando o público da aula.

O último argumento de cunho objetivo é que o plano de aula, como já é bem sabido pelos docentes em geral, possibilita uma adequação criteriosa entre o conteúdo e o tempo. Assim, definidos os objetivos e os métodos a serem utilizados, o professor fica ainda mais livre para criar e organizar a variedade de atividades julgadas necessárias. Há, neste sentido, um aproveitamento quantitativo da aula.

Sob a ótica subjetiva, pergunta-se: O que motiva ou deve motivar o professor a planejar?

A defesa do planejamento de aula é, num primeiro plano, uma segurança conferida ao docente, onde, definidos os aspectos de ordem prática, ele investe-se de segurança para transitar no território de aula. O espaço conhecido permite que aluno e professor tenham clareza do caminho a ser percorrido para a consecução do objetivo da aula. É evidente que isso favorece o estabelecimento de um vínculo de parceria.

Ao contrário do que muitos professores pensam, o planejamento bem feito e criteriosamente refletido atribui também maior liberdade à prática docente, liberdade que de modo bastante natural decorre da segurança:

Deste modo, planejar não significa determinar os limites do homem circundando-o num viver estabelecido. Trata-se, antes, de planejar para que o homem possa, com coragem, encaminhar-se para o desconhecido, com lucidez e autonomia, como uma pessoa liberta que é capaz de escolher seus caminhos. Devemos planejar não para formar um tipo exclusivo de homem, ao contrário, para que o homem possa determinar suas escolhas, a partir de seus direitos e suas possibilidades. (MENEGOLLA; SANT’ANNA, 1999, p. 24 – 25).

Por fim, o docente que planeja suas aulas demonstra profunda preocupação e respeito com seus alunos, o que naturalmente o colocará numa relação de maior credibilidade perante os mesmos. Não há mais espaço para aquele professor que subestima a

capacidade do aluno de perceber se uma aula foi ou não planejada. Basta uma expiação breve e despreziosa em rodas de conversas de alunos que são bastante observadores e críticos neste sentido. Tal credibilidade gera um importante elo de confiança que apenas favorecerá ainda mais a apreensão do conhecimento.

É importante pensar que mesmo numa perspectiva de educação que priorize a emancipação, existem padrões a serem seguidos. O planejamento enquanto elemento que antecede a aula propriamente é um deles. Tem-se no planejamento, como já dito anteriormente uma previsão de algo, ou seja, o elemento incerteza faz-se presente, pois várias são as circunstâncias que podem desviar o curso normal de uma aula planejada. No entanto, isto já deve ser levado em consideração pelo docente no próprio plano, de forma que, mesmo com a presença de incerteza e eventuais contratempos, o plano assegure ao docente plena capacidade de superação, adequação e adaptação, sem alteração negativa da essência.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência por trás do presente artigo não é apenas de alguém que exerce a docência, mas de uma docente que voltou a ocupar os bancos da faculdade em virtude de outro curso superior. Neste sentido, a importância do planejamento de aula foi tema que saltou aos olhos por se tratar de uma prática não incomum e que conduz a reflexões, como a que aqui foi feita no presente artigo.

O resultado a ser alcançado numa aula é o aprendizado do aluno, nisso há consenso. Se não houver aprendizado é porque não houve ensino. Disso, também, não se duvida. Ora, se o planejamento da aula é etapa intrínseca ao ensino, ele, deixando de existir, pressupõe-se não ter existido o processo de modo completo. Ao que parece, a aula não planejada fica entregue à sorte e ao acaso. Prática esta, que deve ser totalmente repudiada por professores que têm inteira noção do que vem a ser o papel de educador.

Numa breve retomada, os argumentos levantados, em defesa do planejamento de aula, foram: o planejamento aponta as finalidades de uma aula; favorece a organização de métodos e técnicas variados a fim de atingir o maior número de alunos possível; possibilita adequação criteriosa entre conteúdo a ser ministrado e tempo disponível (o que nitidamente contribui para o aproveitamento qualitativo da aula) e

por fim, confere segurança, liberdade e credibilidade ao docente.

A proposta de se dividir tais argumentos naqueles de cunho objetivo e subjetivo já é um indicativo de que o tema é inesgotável e deverá ser olhado por novas perspectivas. Num primeiro plano, para que se encerre de vez com a visão meramente rotineira e formalista do planejamento de aula. E segundo, porque cada sala de aula é espaço único e individual, variando a atmosfera de uma para outra, o que pode, de certo modo, ser visto como grande motivação para planejar. Tratando-se de sala de aula, sempre serão muitos os desafios. O plano de aula, visualizado deste modo, é apenas mais um. Afinal, planejar uma aula, sempre será tentar prever algo que parece imprevisível, residindo aí um dos grandes encantos da docência.

5. REFERÊNCIAS

- BENINCÁ, Eli. *Prática Pedagógica de sala de aula: Princípios e métodos de uma ação dialógica*. **Cadernos UPF**. Passo Fundo/ RS, ano 01, nº 04, Ago. 1982.
- CLARET, Jacques. **Organizar o pensamento**. Porto (Portugal): Porto Editora, 1992.
- MENEGOLLA, Maximiliano; SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que planejar? Como planejar?** 7. ed. São Paulo: Vozes, 1999.
- OTÃO, José. **Didática do Ensino Superior**. Porto Alegre/RS: Editora La Salle, 1965.
- RAYS, Oswaldo Alonso. O conceito de aula: um dos saberes necessários à práxis pedagógica. In: RAYS, Oswaldo Alonso (org.). **Educação: Ensaio reflexivos**. Santa Maria: Palotti, 2002.
- TESTA, Edimárcio. O diálogo como forma de inclusão pedagógica. In: PICHLER, Nadir Antônio; TESTA, Edimárcio. **Ética e educação**. Passo Fundo/ RS: UPF Editora, 2007.
- ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre/ RS: Artmed, 1998.